



Número: **0801141-43.2020.8.15.2001**

Classe: **PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**

Órgão julgador: **2º Juizado Especial Cível da Capital**

Última distribuição : **09/01/2020**

Valor da causa: **R\$ 2.227,00**

Assuntos: **Seguro**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
THAYS TORRES DE LIMA (AUTOR)		UIARA JOOYCE DE OLIVEIRA VIANA (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (REU)		SUELIO MOREIRA TORRES (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
32002618	02/07/2020 14:26	Termo de Audiência	Termo de Audiência

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DA PARAÍBA
PODER JUDICIÁRIO
2º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
COMARCA DE JOÃO PESSOA

**TERMO DE (TELE)AUDIÊNCIA “UNA”
(CONCILIAÇÃO, INSTRUÇÃO E JULGAMENTO)**

Número do Processo	0801141-43.2020.8.15.2001	
Juiz I.	Dr. Hioman Imperiano de Souza	
Promovente	Sr(a). THAYS TORRES DE LIMA	
Advogado (a)	Dr(a). Uíara Joyce de Oliveira Viana	OAB/PB nº 21796
Promovido(a)	SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A	
Preposto (a)	Sr(a). André Luiz F. V. Sobrinho	
Advogado (a)	Dr(a). Suélio Moreira Torres	OAB/PB nº 15477

Nesta quinta-feira, 2 de julho de 2020, às 14:15 horas, na cidade de João Pessoa, Capital do Estado da Paraíba, na Sala Virtual de Tele-Audiências de Instrução e Julgamento do 2º Juizado Especial Cível, da Comarca da Capital/PB, através da plataforma Cisco Webex Meetings, presente, presidindo e dirigindo os trabalhos o MM. Juiz Instrutor, Dr. Hioman Imperiano de Souza, declarou aberta a Audiência Una (Conciliação, Instrução e Julgamento), do processo supraepigrafo.

- Incidentes havidos em Audiência, no curso da Instrução:

Presentes ambas partes, bem como seus nobres Advogados, foi oferecida primeira oportunidade conciliatória, com explanação dos benefícios e vantagens advindos de uma composição judicial amigável, expondo os riscos e as consequências do litígio, contudo, **mesmo assim não houve acordo entre os litigantes**, passando-se **à imediata instrução processual**.

Colhido o depoimento das partes, informalmente, com a produção das provas legalmente cabíveis e pertinentes ao feito^[1].

Processo devidamente saneado.

Oferta de última tentativa conciliatória, a qual novamente foi rejeitada pelas partes.

Sem outros incidentes.

- Em seguida, o MM. Juiz Instrutor mandou consignar:

Considerando que as partes prescindiram da produção de outras provas e por se tratar de matéria de direito/documental, façam-se os autos conclusos para julgamento.

Cumpra-se.



[Documento assinado eletronicamente - art. 2º, lei 11.419/2006,
c/c o art. 205, § 2º, do CPC e Resolução nº 185/2013, do CNJ]

Dr. Hioman Imperiano de Souza
Juiz Instrutor
Comarca da Capital/PB

[1] Arts. 2º, 13, 28, 29, 33 e 36, todos da Lei Federal nº 9.099/95.

